A INTERAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2024

Autor(res)

Gabriel Marcos Oliveira Silva
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A democracia encontra no processo eleitoral um de seus principais fundamentos, permitindo que a população participe diretamente da escolha de seus governantes. Em Ribeirão das Neves, Minas Gerais, as eleições de 2024 apresentam um contexto importante para se estudar a conexão entre a sociedade, o Estado e a Constituição. A cidade, caracterizada por desafios econômicos e sociais relevantes, oferece uma perspectiva local que espelha questões nacionais. O fortalecimento do sistema democrático depende dessa interação entre sociedade, Estado e Constituição, assegurando a efetiva representação dos interesses da comunidade.

Objetivo

O intercâmbio entre sociedade, Estado e Constituição nas eleições de 2024 em Ribeirão das Neves é crucial para o fortalecimento da democracia local. A participação ativa dos eleitores, junto com a vigilância e a cobrança por políticas públicas eficazes, é vital para que o Estado responda adequadamente às necessidades da comunidade.

Material e Métodos

Contudo, é necessário um esforço constante para transformar a Constituição em mais que um conjunto de regras, mas em uma ferramenta dinâmica que assegure a representatividade e a concretização das decisões políticas.A pesquisa fundamenta-se em uma análise bibliográfica do direito eleitoral, com ênfase na interação entre sociedade, Estado e Constituição. Além disso, foram examinados dados e notícias locais sobre as últimas eleições em Ribeirão das Neves, observando o diálogo entre os candidatos, partidos e as necessidades da população. O método abrange a observação das campanhas, dos discursos eleitorais e a resposta das eleições às propostas, com o intuito de identificar padrões e expectativas quanto à atuação estatal. Uma análise documental da Constituição Federal também foi realizada, focando nos dispositivos que regem o processo eleitoral e a representatividade popular

Resultados e Discussão

Investigar como a população de Ribeirão das Neves se relaciona com o Estado, com a Constituição atuando como participante, ao longo das eleições de 2024. O objetivo é identificar as aspirações da comunidade e avaliar como o

processo eleitoral pode contribuir para mudanças no cenário municipal.As eleições de 2024 em Ribeirão das Neves são marcadas por uma expectativa de mudanças, especialmente nas áreas de segurança, saúde e educação, temas recorrentes nas discussões eleitorais. O diálogo entre a sociedade e o Estado, intermediado pela Constituição, ganha força à medida que os cidadãos procuram candidatos capazes de atender às suas demandas e anseios. No entanto, persiste certa desconfiança quanto à capacidade do processo eleitoral de gerar transformações concretas, devido às promessas não cumpridas nos pleitos anteriores

Conclusão

A Constituição Federal estabelece os alicerces para uma participação democrática plena, mas sua eficácia depende da fiscalização e da mobilização ativa da população. Em Ribeirão das Neves, o papel constitucional no processo eleitoral é essencial para garantir direitos, embora cresçam as discussões sobre a necessidade de reformas que se aproximem do Estado das reais demandas sociais.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: [data de acesso].

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOMES, Luís Roberto Barroso. O direito à participação política. In: MORAES, Alexandre de. (Org.). Direitos fundamentais: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012. p. 123-148.

MIRANDA, Jorge. A Constituição e a cidadania: um estudo sobre a relação entre a Constituição e o exercício da cidadania. In: REIS, Luciana. (Org.). Cidadania e participação política. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 65-82.